

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.674.258 - RS (2020/0052173-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : LUCIANA JUNQUEIRA PEZZI - RS073561
AGRAVADO : FLAVIO CIMA
AGRAVADO : FLAVIO CIMA - MICROEMPRESA
ADVOGADO : JORGE LUIZ SARAIVA LIMA - RS052901
INTERES. : GALILEU LUIS ZANATO GUERRA
INTERES. : CARLA GIOMARA WENDT SEVERO
INTERES. : MARISA MARIA ROSSINI SARTORI
INTERES. : CESAR AUGUSTO KETTNER
INTERES. : ODILON SABINO DA SILVA
INTERES. : DROGARIA LAJEADENSE LTDA
INTERES. : TEREZINHA KETTNER
INTERES. : ELIS REGINA WERMANN
INTERES. : JUDITA ABLING
INTERES. : CARLA GIOMARA WENDT SEVERO
INTERES. : ODILON SABINO DA SILVA - MICROEMPRESA
INTERES. : CLAUDETE ABLING
INTERES. : DROGARIA MARILIS LTDA
INTERES. : VERA LUCIA REOLON MORLIN

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado por CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO RIO GRANDE DO SUL contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 83/STJ e ausência/deficiência de cotejo analítico.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: ausência/deficiência de cotejo analítico.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.

2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente